

Sumário

Prefácio, xix

PARTE GERAL – FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS DO DIREITO TRIBUTÁRIO, 1

1 INTRODUÇÃO AO DIREITO TRIBUTÁRIO, 3

- 1.1 Introdução, 3
 - 1.1.1 Sistema jurídico-tributário, 3
- 1.2 Finalidade do Estado, 5
- 1.3 Atividade financeira do Estado, 5
- 1.4 Tributo e tributarista, 6
- 1.5 Noções de direito: relação jurídica e não jurídica, 7
- 1.6 Direito objetivo e direito subjetivo, 8
- 1.7 Direito tributário no quadro geral do direito e suas relações, 9
- 1.8 Direito tributário: delimitação do campo de atuação e o CTN, 12
 - 1.8.1 Código Tributário Nacional, 13
- 1.9 Direito tributário: fundamento constitucional, 13
- 1.10 Federação e Administração Pública Federal, 14
- 1.11 Questionário, 18

2 FONTES DO DIREITO TRIBUTÁRIO, 19

- 2.1 Considerações preliminares, 19
 - 2.1.1 Atos normativos: aspectos gerais, 20
 - 2.1.2 Atos normativos objeto de regulamentação, 21
- 2.2 Produção originária de normas, 22
- 2.3 Produção derivada ou decorrente, 22
- 2.4 Fontes do direito tributário, 23
- 2.5 Fontes formais primárias, 23
 - 2.5.1 Constituição Federal: supremacia, 23
 - 2.5.2 Emendas à Constituição, 25

- 2.5.3 Leis complementares, 26
 - 2.5.4 Leis ordinárias, 27
 - 2.5.4.1 Lei complementar *versus* lei ordinária – competência e hierarquia, 27
 - 2.5.5 Leis delegadas, 30
 - 2.5.6 Medidas Provisórias, 30
 - 2.5.6.1 Medida provisória com força de lei, 30
 - 2.5.6.2 Relevância e urgência, 31
 - 2.5.6.3 Exame prévio, 32
 - 2.5.6.4 O art. 246 da CF, 32
 - 2.5.6.5 Medidas Provisórias editadas anteriormente à EC nº 32, 32
 - 2.5.7 Decretos legislativos, 33
 - 2.5.7.1 O art. 98 do CTN e os tratados internacionais, 33
 - 2.5.8 Resoluções, 36
 - 2.6 Fontes formais secundárias, 36
 - 2.6.1 Decretos e regulamentos, 36
 - 2.6.2 Instruções ministeriais, 37
 - 2.6.3 Circulares, ordens de serviço e outros da mesma natureza, 38
 - 2.6.4 Normas complementares – art. 100 do CTN, 38
 - 2.7 Legalidade e ilegalidade, 39
 - 2.8 Constitucionalidade e inconstitucionalidade, 40
 - 2.8.1 Inconstitucionalidade formal e material, 40
 - 2.9 Controle de constitucionalidade das leis e dos atos normativos, 41
 - 2.10 Questionário, 42
- 3 TRIBUTO E SUA CLASSIFICAÇÃO, 43
- 3.1 Tributo – definição, 44
 - 3.2 Efeitos decorrentes da EC nº 8/77, 46
 - 3.3 Tributo vinculado e não vinculado, 48
 - 3.4 Tributo – classificação dada pelo STF, 49
 - 3.5 Tributo – nossa classificação, 51
 - 3.6 CTN, art. 4º – destinação da receita, 53
 - 3.7 Impostos – classificação, 54
 - 3.7.1 Imposto pessoal, 55
 - 3.7.2 Imposto real, 55
 - 3.7.3 Imposto direto, 56
 - 3.7.4 Imposto indireto, 56
 - 3.7.5 Imposto proporcional, 56
 - 3.7.6 Imposto progressivo, 56

- 3.7.7 Imposto fixo, 58
- 3.7.8 Imposto monofásico, 59
- 3.7.9 Imposto plurifásico, 59
- 3.7.10 Imposto cumulativo, 59
- 3.7.11 Imposto não cumulativo, 59
- 3.7.12 Imposto nominado (expresso na CF), 59
- 3.7.13 Imposto inominado (residual), 60
- 3.7.14 Imposto regulatório (extrafiscal), 60
- 3.7.15 Imposto seletivo, 60
- 3.7.16 Imposto adicional, 60

3.8 Taxas, 61

- 3.8.1 Exercício do poder de polícia, 62
- 3.8.2 Utilização efetiva de serviços públicos, 63
- 3.8.3 Utilização potencial de serviços públicos, 63
- 3.8.4 Taxa e preço público: distinção, 64
- 3.8.5 Pedágio: natureza jurídica, 68

3.9 Contribuição de melhoria, 69

3.10 Contribuições sociais gerais, 70

- 3.10.1 Contribuições sociais destinadas à Seguridade Social, 71
 - 3.10.1.1 Capacidade para arrecadar da SRF e do INSS, 73
- 3.10.2 Contribuição de intervenção no domínio econômico, 73
- 3.10.3 Contribuições corporativas, 73
- 3.10.4 Serviço social sindical, 74
- 3.10.5 Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública, 74

3.11 Parafiscalidade, 74

3.12 Empréstimos compulsórios, 76

3.13 Jurisprudência, 77

3.14 Questionário, 79

4 PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS TRIBUTÁRIOS, 80

4.1 Poder, competência e capacidade, 80

4.2 Princípio da legalidade tributária, 82

- 4.2.1 Tipo tributário fechado, 83
- 4.2.2 Emenda Constitucional pode instituir tributo, 83
- 4.2.3 O Decreto e a delegação legislativa, 83
 - 4.2.3.1 Delegação e obrigação acessória, 86

4.3 Princípio da igualdade tributária, 88

- 4.3.1 A doutrina, 89
- 4.3.2 A jurisprudência do STF, 96

- 4.4 Princípio da capacidade econômica, 98
 - 4.5 Princípio da capacidade contributiva, 103
 - 4.5.1 Princípio da capacidade contributiva na Itália, 107
 - 4.6 Princípio da solidariedade social, 108
 - 4.7 Princípio da irretroatividade da lei, 111
 - 4.8 Princípio da anterioridade anual e nonagesimal da lei, 112
 - 4.8.1 Anterioridade e Medida Provisória, 115
 - 4.8.2 O artigo 246 da CF, 115
 - 4.9 Princípio (técnica) da não-cumulatividade, 116
 - 4.10 Princípio da razoabilidade e da proporcionalidade, 120
 - 4.11 Confisco, 122
 - 4.11.1 Jurisprudência, 124
 - 4.12 Questionário, 125
- 5 INCIDÊNCIA, NÃO-INCIDÊNCIA, IMUNIDADE, ISENÇÃO E ALÍQUOTA ZERO, 126
- 5.1 Introdução, 126
 - 5.2 Incidência, não-incidência, imunidade e isenção – conceitos, 126
 - 5.3 Imunidade, incidência e não-incidência – exemplos, 128
 - 5.4 Isenção e não-incidência – exemplos, 131
 - 5.5 Isenção e alíquota zero – distinção, 133
 - 5.5.1 Isenção e redução de alíquota – distinção, 136
 - 5.6 Imunidade e isenção – espécies, 137
 - 5.7 Imunidade – art. 150, VI, “c”, 138
 - 5.7.1 Imunidade de jurisdição – Estado estrangeiro, 139
 - 5.7.2 Ministro de confissão religiosa, 139
 - 5.8 Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), 140
 - 5.9 Questionário, 140
- 6 OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA: HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA E FATO GERADOR, 141
- 6.1 Obrigação tributária, 141
 - 6.1.1 Considerações preliminares, 141
 - 6.1.2 Definição, 142
 - 6.2 Hipótese de incidência, 143
 - 6.2.1 Conceito, 143
 - 6.2.2 Aspectos, 144
 - 6.2.3 Base de cálculo, 145
 - 6.3 Fato gerador, 148
 - 6.3.1 Conceito, 148
 - 6.3.2 Fato gerador no CTN, 149
 - 6.4 Questionário, 152

- 7 VIGÊNCIA, EFICÁCIA, APLICAÇÃO, INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA, 153
- 7.1 Introdução, 153
 - 7.2 Vigência, eficácia e aplicação da legislação tributária, 153
 - 7.3 Interpretação e integração da legislação tributária, 155
 - 7.3.1 Generalidades, 155
 - 7.3.2 Métodos de interpretação, 156
 - 7.3.3 Antinomias: critérios para solução, 157
 - 7.3.4 Regras de interpretação no CTN, 158
 - 7.4 Critério econômico de interpretação, 164
 - 7.5 Questionário, 167
- 8 RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA, 168
- 8.1 Noções introdutórias, 168
 - 8.2 Responsabilidade tributária em sentido estrito, 169
 - 8.2.1 Responsabilidade tributária por substituição, 169
 - 8.2.2 Responsabilidade tributária por sucessão, 171
 - 8.2.3 Responsabilidade tributária solidária, 171
 - 8.3 Responsabilidade por infrações, 172
 - 8.3.1 Retroatividade benigna em penalidades, 172
 - 8.3.2 Denúncia espontânea e confissão de débito – CTN, art. 138, 173
 - 8.4 Multa, juros e correção monetária: conceito, 175
 - 8.4.1 Multa fiscal e multa administrativa: distinção, 176
 - 8.5 Responsabilidade tributária no fato gerador futuro, 177
 - 8.6 Questionário, 178
- 9 CRÉDITO TRIBUTÁRIO, 179
- 9.1 Introdução, 179
 - 9.2 Constituição do crédito tributário, 180
 - 9.2.1 Lançamento: conceito, 180
 - 9.2.2 Lançamento: espécies, 181
 - 9.3 Suspensão da exigibilidade do crédito tributário, 183
 - 9.4 Extinção do crédito tributário, 185
 - 9.4.1 Pagamento e dação em pagamento, 185
 - 9.4.2 Compensação, 186
 - 9.4.3 Transação, 186
 - 9.4.4 Remissão, 186
 - 9.4.5 Conversão do depósito em renda, 187
 - 9.4.6 Pagamento antecipado e homologação de lançamento, 187

- 9.4.7 Consignação em pagamento, 187
- 9.4.8 Decisão administrativa definitiva, 187
- 9.4.9 Decisão judicial transitada em julgado, 188
- 9.4.10 Decadência e prescrição, 189
 - 9.4.10.1 Prescrição intercorrente, 191
- 9.5 Exclusão do crédito tributário, 192
- 9.6 Pagamento indevido: restituição, 192
 - 9.6.1 Convolução da restituição em compensação, 194
- 9.7 Garantias e privilégios do crédito tributário, 194
- 9.8 Quadro de visualização geral do crédito tributário no CTN/66, 196
- 9.9 Administração tributária, 198
 - 9.9.1 Fiscalização, 198
 - 9.9.2 Dívida ativa, 198
 - 9.9.3 Certidões negativas, 199
- 9.10 Prazos: contagem, 199
- 9.11 Questionário, 200

PARTE ESPECIAL – OS IMPOSTOS NO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL, 201

Política tributária e tributação, 203

- 10 (II) IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS ESTRANGEIROS, 205
 - 10.1 Competência tributária e princípio da anterioridade, 205
 - 10.2 Fato gerador, base de cálculo e contribuintes no CTN, 206
 - 10.3 Fato gerador, base de cálculo, alíquota, contribuinte e taxa de câmbio na lei ordinária, 207
 - 10.4 Território aduaneiro, 210
 - 10.5 Zona Franca de Manaus, 210
 - 10.5.1 Incentivos fiscais – Decreto-lei nº 288/67, 210
 - 10.5.2 O STF e a ADI nº 2.348, 211
 - 10.6 Sistema harmonizado, classificação de mercadorias e valoração aduaneira, 213
 - 10.7 Planilha de custos de importação – exemplo, 229
 - 10.8 Mercosul, 229
 - 10.8.1 Criação, tributação e generalidades, 230
 - 10.8.2 Certificado de Origem, 238
 - 10.8.3 Código Aduaneiro, 239
 - 10.8.4 Ex-tarifário, 240
 - 10.9 Questionário, 241

- 11 (IE) IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO, PARA O EXTERIOR, DE PRODUTOS NACIONAIS OU NACIONALIZADOS, 242
 - 11.1 Disposição constitucional, 242
 - 11.2 Aspectos do fato gerador, 243
 - 11.3 Princípio da anterioridade, 243
 - 11.4 Normas administrativas que regulam as exportações, 243
 - 11.4.1 Exportações diretas e indiretas, 244
 - 11.4.2 Informações úteis às exportações, 244
 - 11.5 Questionário, 245

- 12 (IR) IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA, 246
 - 12.1 Introdução, 246
 - 12.2 Os primórdios do IR, 247
 - 12.3 Competência e campo de incidência, 252
 - 12.4 O IR na Constituição de 1988, 253
 - 12.4.1 Conceito de renda e provento, 254
 - 12.4.2 Generalidade, universalidade e progressividade, 256
 - 12.5 Princípio da irretroatividade e da anterioridade, 259
 - 12.6 O IR no CTN, 264
 - 12.6.1 Disponibilidade econômica e disponibilidade jurídica, 266
 - 12.6.1.1 Indenização não é renda nem provento, 267
 - 12.6.2 Quadro explicativo do fato gerador do IR, 268
 - 12.7 A jurisprudência do STF, 269
 - 12.7.1 Adicional do IR – Estadual, 272
 - 12.8 Elementos do fato gerador, 272
 - 12.9 Obrigações principal e acessória, 273
 - 12.9.1 Contribuintes do IRPJ, 274
 - 12.9.2 Alíquota, 274
 - 12.9.3 Lucro real, 274
 - 12.9.3.1 Opção pelo recolhimento mensal por estimativa, 278
 - 12.9.4 Livro de Apuração do Lucro Real (Lalur), 279
 - 12.9.5 Lucro presumido, 280
 - 12.9.6 Lucro arbitrado, 281
 - 12.9.7 Dupla tributação do lucro na PJ e na PF: eliminação, 282
 - 12.10 Preço de transferência, 283
 - 12.11 IR – PF – Declaração de bens – valor de mercado – lucro imobiliário. CTN – obrigação acessória, 285
 - 12.12 Correção monetária das demonstrações financeiras, 288
 - 12.13 Questionário, 288

- 13 (IPI) IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS, 289
 - 13.1 Histórico do IPI, 289
 - 13.2 Estrutura do IPI na Constituição de 1988, 290
 - 13.3 Produtos industrializados – conceito, 291
 - 13.4 Base de cálculo e alíquota, 293
 - 13.5 Produto NT, 294
 - 13.6 Seletividade e essencialidade do produto, 295
 - 13.7 Não-cumulatividade do IPI, 296
 - 13.8 Fato gerador, base de cálculo e contribuintes, 296
 - 13.9 Aspectos do regulamento do IPI, 297
 - 13.9.1 MP, PI, ME – conceito, 297
 - 13.9.1.1 Material de embalagem, 298
 - 13.9.2 Insumos – conceito, 298
 - 13.9.3 Crédito – insumos consumidos na industrialização, 299
 - 13.9.4 Crédito – energia elétrica, 300
 - 13.9.5 Crédito – produtos imunes ou com não-incidência, 301
 - 13.9.6 GATT, 303
 - 13.10 A Tabela do IPI, 303
 - 13.11 Natureza fiscal e extrafiscal, 305
 - 13.12 Ex-tarifário, 306
 - 13.13 A delegação no art. 153, § 1º, da CF/88, 308
 - 13.14 IAA – Recepção e delegação, 309
 - 13.15 Questionário, 310
- 14 (IOF) IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES DE CRÉDITO, CÂMBIO E SEGURO OU RELATIVAS A TÍTULOS OU VALORES MOBILIÁRIOS, 311
 - 14.1 Disposição constitucional, 311
 - 14.2 Aspectos do fato gerador, 312
 - 14.3 Anterioridade, 313
 - 14.4 Lei ordinária, 313
 - 14.4.1 IOF sobre *factoring*, 313
 - 14.4.2 Forma nominativa dos títulos, 314
 - 14.4.3 Jurisprudência, 315
 - 14.5 Questionário, 315
- 15 (ITR) IMPOSTO SOBRE PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL, 316
 - 15.1 Disposição constitucional, 316
 - 15.2 Aspectos do fato gerador, 316
 - 15.3 Aspectos da legislação infraconstitucional, 317

- 15.3.1 Imóvel rural e urbano: distinção, 317
- 15.3.2 Valor fundiário, 318
- 15.3.3 Módulos, 318
- 15.3.4 Lei nº 9.393/96: alguns aspectos, 319
- 15.4 Delegação aos Municípios, 320
- 15.5 Questionário, 322
- 16 (ITBI) IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO CAUSA MORTIS E DOAÇÃO DE QUAISQUER BENS OU DIREITOS, 323
 - 16.1 Disposição constitucional, 323
 - 16.2 Aspectos do fato gerador, 327
 - 16.3 Disposição do CTN, 327
 - 16.4 O artigo 116, II, do CTN, 331
 - 16.5 Constituição do Estado de São Paulo de 1989, 334
 - 16.6 Jurisprudência, 336
 - 16.7 Questionário, 340
- 17 (ICMS) IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO, 341
 - 17.1 Uma explicação prévia, 342
 - 17.2 Regra-matriz constitucional, 347
 - 17.2.1 Operações relativas à circulação de mercadorias, 348
 - 17.2.2 Serviços de transporte interestadual e intermunicipal, 349
 - 17.2.3 Serviços de Comunicação e Internet, 350
 - 17.2.3.1 Onerosidade, 353
 - 17.2.3.2 Extraterritorialidade, 353
 - 17.2.3.3 Territorialidade, 353
 - 17.3 Não-cumulatividade, 353
 - 17.4 Isenção ou não-incidência: vedação de crédito, 354
 - 17.5 Seletividade do ICMS, 354
 - 17.6 Alíquotas, 355
 - 17.7 Regra-matriz complementar, 356
 - 17.8 Não-incidência, 356
 - 17.9 IPI na base de cálculo do ICMS, 357
 - 17.10 Lei complementar especial: competência, 358
 - 17.11 LC nº 87/96, 359
 - 17.11.1 Aspectos do fato gerador, 359
 - 17.11.2 Autonomia dos estabelecimentos, 360

- 17.11.3 ICMS “por dentro”, 360
- 17.11.4 Descontos incondicionais, 361
- 17.11.5 Juros, 361
- 17.11.6 Créditos do ICMS, 362
- 17.11.7 ICMS devido no desembaraço aduaneiro, 362

- 17.12 *Software*: ICMS versus ISS, 363
- 17.13 *Leasing* na importação, 363
- 17.14 Substituição tributária, 364
- 17.15 Venda a prazo e venda com cartão de crédito, 364
- 17.16 Fornecimento de alimentação e bebidas, 365
- 17.17 Valor agregado e a teoria constitucional abrangente, 365
- 17.18 Fiscalização e autonomia do Estado, 366
- 17.19 Guerra fiscal, 366
- 17.20 Questionário, 367

18 (IPTU) IMPOSTO SOBRE PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA, 368

- 18.1 Disposição constitucional, 368
- 18.2 Aspectos do fato gerador, 368
- 18.3 Base de cálculo, 370
 - 18.3.1 Planta de valores genéricos e planta de valores concretos, 370
- 18.4 Jurisprudência, 371
- 18.5 Estatuto da Cidade – Lei nº 10.257/2001, 373
- 18.6 Processo administrativo fiscal, 373
- 18.7 Questionário, 374

19 (ITIV) IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO *INTER VIVOS*, A QUALQUER TÍTULO, POR ATO ONEROSO, DE BENS IMÓVEIS, POR NATUREZA OU ACESSÃO FÍSICA, E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS, EXCETO OS DE GARANTIA, BEM COMO CESSÃO DE DIREITOS A SUA AQUISIÇÃO, 375

- 19.1 Disposição constitucional, 375
- 19.2 Aspectos do fato gerador, 376
- 19.3 Jurisprudência, 377
- 19.4 ITBI-IV em São Paulo, 378
- 19.5 Questionário, 378

20 (ISS) IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA, 379

- 20.1 Disposição constitucional, 379
- 20.2 Conceitos de produtos industrializados, mercadorias e serviços, 380
 - 20.2.1 Produto industrializado, 381
 - 20.2.2 Mercadoria, 381

20.2.3 Serviço, 381

20.2.4 *Hardware* e *Software*, 382

20.3 Aspectos do fato gerador, 383

20.4 Lista de serviços, 383

20.5 ISS e emissão de apólice por seguradora, 400

20.6 Prestação de serviço para terceiros e não para si próprio, 401

20.7 Taxatividade da lista de serviços, 401

20.8 Questionário, 402

21 (IPVA) IMPOSTO SOBRE PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, 403

21.1 Disposição constitucional, 403

21.2 Regras a observar, 403

21.3 Jurisprudência, 404

21.4 Questionário, 406

Índice remissivo, 407